



INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOB A PERSPECTIVA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

INTRODUCTION TO DEVELOPMENT THEORIES: A LITERATURE REVIEW FROM THE PERSPECTIVE OF CREDIT COOPERATIVISM

Rafael Borges Manenti¹

RESUMO

Trata-se de uma revisão de literatura a respeito das principais teorias do desenvolvimento em busca de encontrar qual se mostra mais adequada para realizar, posteriormente, um estudo de caso sobre as cooperativas de crédito e o seu papel no desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Revisão de literatura. Teorias do desenvolvimento. Cooperativas de Crédito.

ABSTRACT

This is a literature review on the main theories of development in order to find which one is most appropriate to carry out, later, a case study on credit unions and their role in regional development.

Keywords: Literature review. Development theories. Credit Unions.

1 INTRODUÇÃO

A Cooperativa de Crédito é uma instituição financeira formada pela livre associação de pessoas, unidas para conquistar objetivos coletivos em comum, regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Segundo o Banco Central do

¹ Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico – Unesc – rafaelmanenti_10@hotmail.com



Brasil, nas cooperativas de crédito, os associados possuem os principais serviços disponíveis nos bancos, isto é, conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos².

Deste modo, trata-se de uma organização civil que oferece serviços financeiros, semelhantes aos bancos comerciais. Contudo, diferentemente dos bancos comerciais, nas cooperativas de crédito o cliente é também, ao mesmo tempo, proprietário do negócio, pois é um associado, possui direito de voto, e participa nas decisões da cooperativa por meio das assembleias.

Frisa-se que a instituição cooperativa não visa o lucro propriamente, mas sim a satisfação das necessidades dos associados que compõem a sociedade. Entretanto, é opção segura e viável, porque é regulamentada pelo Banco Central do Brasil, além de contar com Fundo Garantidor, semelhante a um banco comercial.

Por serem organizações civis de livre adesão, tem grande importância para as pequenas e microrregiões, onde muitas vezes inexistem a presença das instituições financeiras tradicionais, como é o caso do Brasil, que tem um vasto espaço territorial rural.

O cooperativismo determina-se por um conjunto de valores que, segundo Meinen (2012), não se exaurem, tais como: Solidariedade, liberdade, democracia, equidade, igualdade, responsabilidade, honestidade, transparência e responsabilidade socioambiental. Outrossim, o cooperativismo possui princípios orientadores, que precípuo a colocar em prática os valores cooperativistas, conforme Meinen (2012): a adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

Conforme Meinen (2016), a cooperação gera o progresso de acordo com as características das populações e conforme o potencial da região onde está inserida. Isto porque a instituição cooperativa “atua como braço econômico do núcleo social, acentuando o ambiente empreendedor e, ao fim, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos lá fixados, associados ou não” (MEINEN, 2016,

² Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>. Acesso em: 23 set. 2020.



p.18). Neste sentido, impulsiona o desenvolvimento local por meio do reinvestimento dos recursos financeiros na própria comunidade, num círculo virtuoso.

Ainda em Meinen (2016), o mesmo expõe que a cooperativa de crédito exerce quatro importantes papéis, quais sejam:

1. Promover a inclusão bancária de pessoas e pequenos empreendedores desassistidos pelas instituições convencionais;
2. Fomentar o desenvolvimento local e regional, na forma dos reinvestimentos financeiros;
3. Oferecer um portfólio de produtos adequados às necessidades da população local por um preço justo;
4. Agregar qualidade ao sistema financeiro nacional por meio da influência positiva.

As cooperativas de crédito exercem um papel socioeconômico muito importante para as comunidades onde estão inseridas também porque contribuem para o desenvolvimento econômico, e social por consequência, em razão do que se denomina Círculo virtuoso do cooperativismo financeiro:

Se os investimentos dos cidadãos e das empresas forem destinados às cooperativas, estas, muitas vezes junto com outros recursos captados no mercado financeiro (trazidos de fora), os realocam na mesma região; redistribuídos, geram renda e aumentam o poder aquisitivo da população, que passa a consumir mais; em decorrência, há incremento no faturamento das empresas; vendendo mais, as empresas abrem novas vagas de trabalho, absorvendo especialmente o público jovem; o aumento nas vendas também repercute na arrecadação de impostos; com mais recursos, o poder público pode investir em infraestrutura e outros projeto de desenvolvimento econômico e social, o que faz ampliar a capacidade produtiva, gerando novas riquezas. (Meinen, 2014, p. 53).

Conforme já demonstrado, as cooperativas de crédito exercem papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de micro e pequenas regiões. E, nesse sentido, com o fito de se analisar melhor a contribuição das cooperativas de crédito para com o desenvolvimento regional, se propõe em estudo posterior realizar uma investigação da temática por meio de estudo de caso.

Porém, como objeto da presente pesquisa, primeiramente se motiva a compreender as principais teorias do desenvolvimento, sob a ótica do



cooperativismo de crédito, para ao final então se poder concluir, dentre elas qual se mostrou mais adequada para aprofundar a pesquisa acadêmica.

Na análise literária da pesquisa será utilizado como marco fundamental teórico de investigação a obra “Introdução às teorias do desenvolvimento” dos organizadores Paulo André Niederle e Guilherme Francisco W. Radomsky, porquanto obra de renome no meio acadêmico, e que representa importante contribuição para a matéria de desenvolvimento socioeconômico. Este título aborda diversas questões e teóricas e políticas ao longo da história, apresentando eventos que promoveram uma mudança social. Discute o papel do Estado e das políticas públicas. Enfim, possibilita analisar questões contemporâneas - neste caso o cooperativismo de crédito - por meios das visões sobre o que se entende por desenvolvimento, e o que contribui para a sua ocorrência.

1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa se propõe a utilizar majoritariamente de procedimentos metodológicos do tipo qualitativa, no sentido de buscar informações em contato com o objeto de análise. Ou seja, o pesquisador atua diretamente na procura e investigação de dados obtidos por meio de revisão de literatura, doutrinas e demais produções acadêmicas.

Embora algumas das abordagens tradicionais à pesquisa qualitativa, como a “abordagem interpretativa, naturalística” e os “significados”, estejam evidentes nesta definição, a definição também tem uma forte orientação para o impacto da pesquisa qualitativa e a sua capacidade de transformar o mundo. (CRESWELL, 2014, p. 49).

Ainda, para a pesquisa será utilizando do método descritivo indutivo, enquanto se compromete a descrever informações obtidas pela investigação, e construir proposições verificáveis com base nos eventos e elementos identificados, porém sem se intencionar a fundar bases sólidas inflexíveis. Segundo Richardson (2017, p. 56):



(...) os estudos de natureza descritiva propõem-se a investigar o 'que é', ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal. Nesse sentido, são considerados como objeto de estudo uma situação específica, um grupo ou um indivíduo.

Portanto, a pesquisa se desenvolverá por meio de revisão da literatura, de modo que seja possível percorrer sobre as principais teorias do desenvolvimento, em busca de identificar dentre elas, qual se destaca e se mostra mais adequada para investigar uma cooperativa de crédito em uma determinada região, por meio de estudo de caso.

2 INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

A obra organizada pelos professores Paulo André Niederle e Guilherme Francisco W. Radomsky é dividida em dez capítulos, cada qual traz uma breve análise de um autor em especial, e de sua teoria a respeito do desenvolvimento. A evolução temporal ocorre a cada capítulo, perpassando por momentos históricos relevantes para o desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, nessa pesquisa se optou por seguir a mesma lógica metodológica, de modo que analisaremos a contribuição de cada capítulo para a questão do desenvolvimento, e o que isso pode ou não contribuir para a construção de um estudo de caso, a respeito de uma cooperativa de crédito, e a sua contribuição para com o desenvolvimento socioeconômico regional.

2.1 ROSTOW E OS ESTÁGIOS PARA O DESENVOLVIMENTO

O primeiro capítulo da obra em análise trata de Walt Whitman Rostow, autor que contribuiu para a discussão sobre desenvolvimento por meio do processo de modernização. Rostow apresentou um marco para a história da economia por contrapor a teoria Marxista.

Seu conceito de desenvolvimento atrelava o desenvolvimento ao nível de industrialização, que neste caso, é entendida como modernização: "O conceito de



desenvolvimento, segundo Rostow, é vinculado ao crescimento econômico, o qual se daria com a industrialização, significando, portanto, modernização” (2016).

Sua teoria contrapõe o determinismo marxista à uma visão integralista, aliando fatores econômicos e não econômicos, compreendendo a sociedade como um todo. Sua principal obra é “As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista”. Deste modo, percebe-se que a teoria de Rostow é não somente uma teoria econômica, mas política e principalmente ideológica.

As cinco etapas do desenvolvimento de Rostow são (2016):

- “1 – Sociedade tradicional (*traditional society*);
- 2 – As condições para o arranco ou a decolagem (*transitional stage*);
- 3 – O arranco (*take-off*);
- 4 – A marcha para a maturidade (*drive to maturity*);
- 5 – A era do consumo em massa (*high mass consumption*).”

A sociedade tradicional, assim entendida frente a sociedade moderna, é aquela escassa de recursos, baseada na agricultura, que produz somente para sua subsistência, incapaz de produzir excedentes, e, portanto, incapaz de promover mudanças sociais.

Na segunda etapa, há uma sinalização de mudança promovida pelo aumento da especialização do trabalho e pela modernização tecnológica. “Ao mesmo tempo, sugerem-se mudanças relevantes nos itens relativos ao conhecimento, na política e nos sistemas de valores, os quais alavancariam a produtividade e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico.” (2016).

No arranco, quebram-se os limites antes impostos por meio de uma revolução industrial, há um êxodo rural pela oferta de trabalho nas indústrias, e por conseguinte uma migração da mão de obra rural. De novo, frisa-se que as mudanças também são políticas, sociais e institucionais.

Na quarta etapa, diversifica-se a produção ante o aumento da modernização tecnológica, intensifica o êxodo da mão de obra rural, e, devido a inovação técnica, produtos antes importados passam a ser produzidos nacionalmente, quase que num estado de independência.

No último estado de modernização a sociedade é movida pelo consumo diversificado e em grande escala, buscando-se uma melhor distribuição de riquezas.



2.2 SCHUMPETER E A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O segundo capítulo da obra aborda o autor Joseph Alois Schumpeter e sua teoria do desenvolvimento por meio das inovações e seus efeitos nos sistemas produtivos. Diferente de Rostow, se contrapunha a Marx, porém entendia que o desenvolvimento estava ligado à produção, e não ao consumo. “Os investimentos em inovação dinamizam o crescimento, gerando efeitos em cadeia sobre a produção, o emprego, a renda e os salários” (2016).

Schumpeter diferencia crescimento de desenvolvimento, considerando que ambos não estarão necessariamente presentes ao mesmo tempo. Isto pois, em resumo, o crescimento se trata de uma diferenciação em escala quantitativa, enquanto o desenvolvimento se mostra em uma escala qualitativa. Exemplificando, poderíamos ter um empreendimento que aumentasse de tamanho, e, portanto, crescer, mas sem alterar proporcionalmente a sua produtividade. Enquanto outro empreendimento poderia aumentar sua capacidade produtiva, sem necessariamente crescer em escala numérica, se evidenciando então um desenvolvimento.

E esse desenvolvimento seria gerado por meio da inovação. A oferta de produtos novos, por si, gera a demanda. Essa demanda incorre na inovação nos sistemas produtivos, que proporcionam o aumento da oferta e do consumo. Em meio a este processo se daria uma seleção natural, por meio de uma “destruição construtiva”, onde as empresas que se mantivessem inovadoras, mantinham-se também no mercado, ao tempo que as demais caíssem no ostracismo.

O processo de inovação, para Schumpeter não se daria de forma contínua, mas sim ciclicamente:

A seu ver, e contrariamente à concepção dos modelos de equilíbrio geral, o desenvolvimento não se produz de maneira uniforme no tempo, mas através de ondas ou surtos de inovação associados à introdução de novos produtos e processos, ou à criação de novos mercados. Assim sendo, a economia schumpeteriana move-se de forma cíclica em quatro fases: ascensão, recessão, depressão e recuperação (2016).



Um ponto relevante na teoria Shumpeteriana para o cooperativismo de crédito se dá na questão do financiamento dessa inovação. Para o autor, o empresário tinha o papel de agente inovador, porém sem que o mesmo assumisse o risco, haja vista os recursos para tal empreendimento serem fornecidos via empréstimo por bancos, instituições financeiras em geral e etc. Nesse sentido, não previa a possibilidade de participação estatal como viabilizadores do desenvolvimento por meio da inovação.

2.3 CELSO FURTADO E A ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO

O terceiro autor abordado pela obra é Celso Furtado que, assim como Rostow, compreendia o desenvolvimento em função do nível de industrialização, porém se diferenciava no sentido de que, para ele, o subdesenvolvimento, caso do Brasil e demais países latino-americanos, não era uma etapa até o completo desenvolvimento, mas uma forma própria de desenvolvimento.

Para compreender melhor essa posição, insta observar que as análises e teorias modernas de desenvolvimento se deram no período pós-guerra. Assim, a Europa se restabeleceu e reergueu modernizando por meio da industrialização dos processos produtivos. Ao passo que, conforme observa Furtado, os países latino-americanos se mantiveram no mercado internacional como exportadores de matéria prima e produtos de consumo, enquanto a Europa ficava a encargo da produção de bens duráveis e industrializados.

Ocorre que, por meio da substituição de importações, acarretou um estado de dependência, onde, da relação cambial, os países menos industrializados eram onerados, levando ao subdesenvolvimento. Daí, decorreu a necessidade vista por Celso Furtado de criar uma Teoria do Subdesenvolvimento. Compreendendo os contextos globais, históricos e culturais – este último entendido por Furtado como fundamental para explicar a permanência no subdesenvolvimento – de cada país, entendendo a trajetória desigual entre eles.



Em suma, o processo de modernização não pode ser completado nos países periféricos, na medida em que há um descompasso entre os padrões de consumo e os métodos produtivos. É esse descompasso o responsável pela manutenção da heterogeneidade social, já que a dinamização da demanda – o consumo – esteve em contradição com o relativo imobilismo social gerado pelo lento desenvolvimento das forças produtivas, processo que resultou no subdesenvolvimento (2016).

Importante dizer que, mesmo com a industrialização dos países periféricos ainda que tardiamente, a relação de dependência se manteve, porém num nova formatação, haja vista o controle de mercado do capital externo. Nesse sentido, Furtado trás a necessária atuação do Estado nacional como interventor e agente da mudança.

2.4 HIRSCHMAN E A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

O quarto capítulo da obra em análise é destinado a Albert Hirschman. Autor que, diferentemente dos anteriores, e até dos demais posteriores, contribuiu com sua teoria para o desenvolvimento baseado mais em incertezas do que verdades absolutas. Isto porque, em suma, para o autor, o desenvolvimento econômico está atrelado mais a necessidade de cada agente compreender habilidades e recursos “ocultos” e os empreender, do que a uma receita econômica pronta para o desenvolvimento.

Isso o fez um possibilista, porque sua teoria se fundava nas incertezas dos cenários e na capacidade de reagir aos eventos utilizando de características próprias em função do desenvolvimento.

“o desenvolvimento não depende tanto de encontrar ótima confluência de certos recursos e fatores de produção, quanto de provocar e mobilizar com propósito desenvolvimentista, os recursos e as aptidões que se acham ocultos, dispersos ou mal empregados” (HIRSCHMAN, 1961, p. 19).

Portanto, não propunha uma ideia estritamente ortodoxa de desenvolvimento, uma única forma possível de atingi-lo; nem a necessidade de criar modelos ao formato e a realidade do agente. Mas sim, a ideia de políticas públicas – desta forma compartilhando da participação estatal proposta pelo



desenvolvimentismo e pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) – no sentido de atuar identificando as possibilidades e os recursos/habilidades ocultos.

Quanto ao Estado, segundo o mesmo, o desenvolvimento deste e da economia não necessariamente não andariam juntos. Uma vez que regimes políticos e sistemas econômicos não são interdependentes, ao menos quando se trata de desenvolvimento.

Compartilhava também de Schumpeter, da ideia de desenvolvimento desigual, ou seja, da destinação de recursos e investimentos em setores chave, que pudessem alavancar os demais, ainda que o desenvolvimento destes últimos decorresse somente posteriormente.

2.5 SEN E O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Pode se dizer que Amartya Sen revolucionou a teoria do desenvolvimento. Representa o pós-guerra e a virada na concepção do tema. Isto porque, até então, conforme visto nas teorias anteriores, o desenvolvimento era compreendido apenas monetariamente, na forma do Produto Interno Bruto (PIB), por países eurocêntricos, industrializados e “desenvolvidos”.

Ocorre que Sen inova ao abordar o desenvolvimento levando em conta também fatores sociais, considerando as realidades e contextos envolvidos, não admitindo somente o aumento ou a diminuição de capital. Daí surge o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), amplamente aceito e difundido nas teorias posteriores.

Sua ideia de desenvolvimento consiste no sentido de compreender as diversidades, de pessoas e realidades em que estão inseridas, bem como definir os fatores promovedores do desenvolvimento.

“(…) o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança.” (SEN, 2000, p. 10).

Da definição acima, podemos deprender que se trata de uma teoria liberal do desenvolvimento, porquanto acredita na promoção e garantia das liberdades individuais enquanto fator essencial da mudança. Ainda, crê que as soluções são encontradas no próprio indivíduo, cabendo ao mercado/Estado apenas possibilitar que cada pessoa exerça livremente, sem impeditivos, a sua liberdade e desenvolva suas capacidades, culminando ao fim no desenvolvimento da sociedade como um todo.

Figura 1: Principais Conceitos Apresentados por Amartya Sen

PRINCIPAIS CONCEITOS APRESENTADOS POR AMARTYA SEN

INTITULAMENTOS = MEIOS: são os condicionantes ou ativos que caracterizam recursos que os indivíduos possuem.

Liberdades políticas: direitos civis, liberdade de expressão, de voto, direito de escolha informativa, etc.

Facilidades econômicas: consumo, condições de troca, renda, riqueza.

Oportunidades sociais: educação, saúde, emprego (com foco na vida privada).

Garantias de transparência: relações de confiança (institucional ou individual)

Segurança protetora: rede de segurança social, habitação, saneamento, aposentadoria, transporte, etc.

FUNCIONAMENTOS = FINS (realizações): são os resultados das várias combinações de intitulos, repercutindo, então, na liberdade que uma pessoa tem para levar a vida da forma que deseja. (Exemplos: estar bem nutrido, livre de doenças, ter boa saúde, ter um bom emprego, etc.; ou conquistas mais complexas, como ter respeito próprio, ser feliz, fazer parte da vida da comunidade, etc.)

São consecutivos ao 'estado' (*being*) de uma pessoa; e uma avaliação do bem-estar tem de assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes.

Fonte: Introdução às teorias do desenvolvimento (2016, p. 56)

Amartya Sen contribuiu para a teoria do desenvolvimento no sentido de compreender o desenvolvimento sempre levando em consideração as questões



sociais envolvidas, além das econômicas. Tendo como foco central a liberdade individual e as oportunidades promovidas.

2.6 *DESENVOLVIMENTO, TEORIA EVOLUCIONÁRIA E MUDANÇA INSTITUCIONAL*

Sem se vincular a um único autor específico, a teoria evolucionária compreende uma definição em aberto, não existindo consenso amplamente aceito de sua definição. Entretanto, insta observar que se trata de uma teoria parcialmente ortodoxa e, em parte, heterodoxa. Compreende o mercado e a economia de maneira análoga a teoria evolucionista darwinista, tema das ciências biológicas.

De acordo com a teoria-padrão sobre o crescimento econômico, as instituições estão ausentes do modelo, e a mudança tecnológica é tratada como um fator exógeno. O pensamento evolucionista, por sua vez, define o desenvolvimento como um processo multifacetado, no qual as mudanças tecnológicas, as características e os comportamentos das unidades de produção e as instituições são vistos como fatores que modelam padrões de desenvolvimento específicos (2016).

Percebe-se que há uma apropriação das teorias neoclássica, institucionalista e schumpeteriana, bem como, de certo modo, a visão de Celso Furtado, onde o subdesenvolvimento se apresenta não como uma fase, mas como uma forma própria de desenvolvimento. Se destaca por propor uma ideia de não-equilíbrio, de um processo contínuo de evolução por meio das conexões e convergências/divergências sociais históricas.

O que importa destacar desta teoria é o seu comprometimento em compreender o mercado, a sociedade, as instituições, as inovações e o processo de desenvolvimento para além das fórmulas matemáticas predefinidas e, eventualmente, descoladas da realidade fática.

2.7 *ESTADO, DESENVOLVIMENTO E NEODESENVOLVIMENTISMO*

Neste capítulo foi abordado as teorias de desenvolvimento predominantes no cenário brasileiro das últimas décadas. Entre os anos de 30 a 70 o Brasil



vivenciou a experiência do desenvolvimentismo. Teoria centralizada na forte presença e intervenção do Estado na economia e no rumo do seu desenvolvimento, em especial na questão do incentivo a industrialização, que atingiu pela primeira vez o meio rural e agrícola.

A ideia de “Estado desenvolvimentista” (*Developmental State*) fundamenta-se na construção de processos de desenvolvimento alicerçados em políticas setoriais, programas macroeconômicos e projetos de infraestrutura, com a participação ativa do Estado (2016).

Dito isto, depreende-se então de um período de cunho político e ideológico, acentuando-se um forte sentimento nacionalista e protecionista da economia nacional. Dessa forte participação estatal surtiram efeitos positivos em questão de desenvolvimento, ainda que centralizado, não regionalizado, porém acarretou uma crise financeira em dívida externa.

Desta crise, alinhada com o contexto do cenário mundial a época, a partir da década de 80 disseminou-se a ideologia neoliberal, com a redução da participação estatal na economia nacional, abrindo espaço para que o mercado funcionasse livremente autorregulando-se.

Para substituir o desenvolvimentismo, foi estabelecido um conjunto de políticas macroeconômicas ortodoxas associadas a reformas institucionais orientadas para o mercado. Face à crise inflacionária que havia saído de controle, a receita neoliberal foi a manutenção de altas taxas de juros e apreciáveis taxas de câmbio. Por outro lado, frente à crise do investimento público, a solução passou pela valorização da moeda estrangeira, com vistas a obter a entrada de capitais, mecanismo utilizado para financiar os déficits e promover investimentos privados (2016).

Não demorou para o novo sistema apresentar problemas, dada a incapacidade de conseguir, por si só, resolver as falhas de mercado. Sem os incentivos governamentais a indústria e demais setores forma incapazes de alavancarem e se consolidarem internacionalmente. Com a redução da participação estatal, também afetou negativamente a políticas sociais e de bem-estar coletivo.

Dada a crise deste sistema, não houve uma simples retomada ao anterior, mas sim a adoção de um novo modelo desenvolvimentista, o neodesenvolvimentismo, que traz o Estado para o jogo novamente, porém sem



ignorar o globalismo e os movimentos de mercado internacional. Para Bresser-Pereira (2010), “o novo desenvolvimentismo é um ‘terceiro discurso’ entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional”.

Segundo Sicsú, Paula e Michel (2005), o novo desenvolvimentismo pode ser sintetizado em quatro teses:

a) não há mercado forte sem Estado forte;

b) não haverá crescimento sustentado (...) sem o fortalecimento do Estado e do mercado e sem implementação de políticas macroeconômicas adequadas;

c) mercado e Estados fortes somente serão construídos por um projeto nacional de desenvolvimento que compatibilize crescimento com equidade social; e

d) não é possível reduzir a desigualdade sem crescimento econômico a taxas elevadas e continuadas.

Em razão da contemporaneidade deste modelo, não é possível fazer grandes análises conclusivas, porém permite-se dizer que, apesar de ter trazido bons frutos, em especial períodos de estabilidade econômica e avanços sociais importantes, ele ainda demonstra ser incapaz de garantir o tão sonhado desenvolvimento socioeconômico nacional.

2.8 PÓS-DESENVOLVIMENTO: A DESCONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Como o objetivo geral deste trabalho é conhecer das teorias do desenvolvimento, ainda que de modo superficial, para então poder estudar o cooperativismo de crédito; este capítulo será ainda mais resumido, porquanto não se trata de uma teoria do desenvolvimento, mas uma alternativa a este.

A crítica deste movimento reside no fundamento de que “o desenvolvimento é um discurso historicamente construído que, sob pretexto de melhorar

a vida de comunidades pobres, tem causado intervenções com impactos negativos para as populações” (2016).



Faz críticas interessantes, tais como a rotulação de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e em especial, na própria exigência de desenvolvimento gerado no processo histórico, que foi amplamente aceito, e hoje é uma necessidade implícita sem qualquer questionamento. Esse argumento ganha força quando políticas e projetos de desenvolvimento afetam negativamente povos e regiões que tem outros compromissos ou visões de mundo para além da produção, acúmulo de capital e modernização.

Para tanto, apesar de não se tratar de uma teoria própria de desenvolvimento, traz importantes considerações que contribuem para sob pesar e questionar as teorias de desenvolvimento tradicionais e contemporâneas.

2.9 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: INTRODUÇÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS TEÓRICAS

O desenvolvimento sustentável pode ser rapidamente definido como a teoria de desenvolvimento que aborda a questão ambiental como foco central, ou seja, leva em conta a escassez dos recursos naturais, o uso desenfreado e irrestrito, e a depredação do ambiente como prejuízo das demais teorias, que até então, ignoravam este fator.

Em outros termos, os efeitos de esgotamento deste objeto a serviço da economia bifurcam as discussões em dois focos distintos: (a) a urgência em reduzir ou modelar o crescimento econômico mediante a diminuição da exploração de matérias-primas ou a busca de alternativas menos impactantes; e (b) a importância de conceder ao ambiente o estatuto de domínio em si mesmo, que precisa ser pensado enquanto esfera substancialmente distinta – mas não isolada – dos demais domínios: o econômico, o jurídico, o político, o social, etc. (2016).

A análise desta teoria contemporânea passa por um processo histórico de conferências e eventos internacionais que abordaram a temática, evidenciando os impactos sentidos empiricamente e a urgência na adoção de novas medidas para garantir um mundo sustentável e perene para as gerações futuras.

2.10 DESENVOLVIMENTO RURAL: DO AGRÍCOLA AO TERRITORIAL



O desenvolvimento rural passa ao longo da história por visões distintas: Agrícola, agrário, rural e local/territorial. Na primeira delas, compreende “à base material de produção agropecuária – área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, mão de obra, etc.” (2016). Pensamento predominante no período desenvolvimentista, que conforme abordado anteriormente, acreditava fortemente na capacidade transformadora da industrialização e das inovações tecnológicas, em busca da modernização.

Se a primeira fase foi de mudanças no meio rural por meio de incentivos e subsídios, a posterior refletiu sobre os reflexos sentidos pela sociedade rural, a medida que houve a aproximação entre os meios urbano-rural, e, portanto, uma influência na perspectiva dentro do sistema capitalista:

Trata-se de uma visão vinculada à interpretação marxista do desenvolvimento do capitalismo no campo, que enfatiza os processos históricos de transformações da “vida social rural”, para a qual a estrutura agrícola – produção e produtividade – é apenas um entre vários aspectos (2016).

Diferentemente dos desenvolvimentos agrícola e agrário, o desenvolvimento rural, segundo Navarro (2001) “se trata de um conjunto de ações sistemáticas e inter-relacionadas, empenhadas em produzir mudanças sociais”. Isto se justifica em razão da decepção do interior ante a ineficácia do Estado em promover as mudanças desejadas por meio do desenvolvimentismo, conforme as etapas anteriores.

Como também visto anteriormente, posterior ao desenvolvimentismo eclodiu uma visão neoliberal, que ensejou a uma descentralização administrativa e do protagonismo como agente de mudança na esfera local. Passando então para a próxima fase, dito desenvolvimento local.

As limitações da ação do Estado – com a crise econômica e os problemas advindos da ação centralizadora intervencionista – criaram outros dilemas, uma vez que, como estratégia de reforma das ações para o desenvolvimento, o processo foi descentralizado para ser protagonizado por organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades da sociedade (2016).



Ainda que não completamente eficaz, e sujeito a críticas, demonstrou grande contribuição para o meio rural, enquanto compreende as próprias características e peculiaridades, e, por si só, promove grande parte das mudanças que entende necessário.

Evidentemente, o local não foi capaz de desenvolver-se fora a parte de todo o restante territorial. Daí surge a problemática dos desenvolvimentos endógeno e exógeno, por meio da noção de desenvolvimento territorial. Nesta última etapa, procura-se superar os limites entre rural e urbano, local e nacional.

4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa se propôs a percorrer sobre as principais teorias do desenvolvimento, em busca de identificar dentre elas, qual se destaca e se mostra mais adequada para investigar uma cooperativa de crédito em uma determinada região, por meio de estudo de caso.

Da análise dos quatro primeiros autores abordados (Rostow, Schumpeter, Furtado, Hirschman) e suas teorias clássicas, trazem contribuições pontuais para o estudo do desenvolvimento, e eventualmente poderão ser abordadas no estudo de caso das cooperativas de crédito. Entretanto, são fortemente macroeconômicas, além de não se mostrarem adequadas para analisar e compreender o contextos sociais e econômicos das instituições financeiras em evidência, porquanto abordam a visão de uma realidade distinta. Furtado é exceção dentre estes autores, porque aborda uma visão histórica importante dentro cenário nacional, que com certeza deve ser considerado introdutoriamente em qualquer estudo sobre desenvolvimento regional brasileiro.

Das teorias verificadas posteriormente, contemporâneas e alternativas a visão clássica, aproximaram-se mais ao tema cooperativista. O Desenvolvimentismo/Neodesenvolvimentismo, assim como Furtado, fazem parte das história das teorias de desenvolvimento do Brasil, portanto também deve ser considerado para contextualizar o estudo futuro.



Atenção em especial para Amartya Sen e a Teoria do Desenvolvimento como Liberdade, porquanto inova ao considerar as diversas realidades sociais, além das econômicas, que motivam a “quantificação” do desenvolvimento para além do Produto Interno Bruto. Levando em consideração também outros fatores igualmente importantes, direciona uma melhor análise por meio do Índice de Desenvolvimento Humano. Além de mostrar a capacidade das pessoas desenvolverem suas capacidades por si mesmas, não pelo mercado, não pelo Estado. Característica compartilhada pela proposta do cooperativismo de crédito.

Entretanto, houve maior destaque das teorias do desenvolvimento rural, bem como das teorias de desenvolvimento local e territorial; porquanto, a análise das cooperativas de crédito passa pela problematização entre desenvolvimento regional exógeno e endógeno. As cooperativas de crédito, assim como inicialmente abordado à introdução, nascem no meio rural para satisfazer as necessidades daquela localidade, não amparadas pelo mercado e/ou pelo Estado. Estas teorias abordam a organização civil para resolver seus próprios problemas, e antecipam as problematizações e realizações de tais movimentos.

Portanto, ante a evidente conexão e verossimilhança destas últimas teorias com a temática cooperativista, conclui-se que são as mais indicadas para a realização de um estudo de caso de uma cooperativa de crédito e sua participação no desenvolvimento socioeconômico regional, segundo a breve análise realizada no presente trabalho por meio de revisão de literatura.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina**. Texto para Discussão n. 274. São Paulo: FGV, nov. 2010.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. Porto Alegre Penso 2014 1 recurso online ISBN 9788565848893.

Introdução às teorias do desenvolvimento / organizadores Paulo André Niederle e Guilherme Francisco Waterloo Radomsky; coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.



MEINEN, Ênio. **Cooperativismo financeiro**: virtudes e oportunidades. Ensaio sobre a perenidade do empreendimento cooperativo. Brasília, DF: Confedbras, 2016.

_____. **O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã**. Brasília, DF: Confedbras, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 4. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 recurso online ISBN 9788597013948.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut.

Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.